DA COLÔNIA AO IMPÉRIO: UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO PERCURSO EDUCACIONAL BRASILEIRO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

GILMAURA SOARES ARAÚJO

RESUMO
Foi a partir as ideias observadas nesta pesquisa acerca do percurso educacional para as pessoas com deficiência, que evidenciou-se o questionamento quanto ao modo como se desenvolveu, durante o Brasil colônia e imperial, a escolarização desse grupo. A fim de obter uma resposta que corrobore com o que se pretende compreender, o presente estudo teve a pretensão de analisar a invalidade identitária daqueles que tinham deficiência durante a fase da colônia brasileira e identificar os meios pelos quais ofertavam a educação especializada a esse público no período imperial. Sendo assim, conclui-se que o percurso desse público foi marcado primeiramente pelo extermínio de seus corpos, e após a propagação das ideias cristãs de que esses sujeitos eram passíveis de caridade e assistencialismo, foram sendo poupados da morte e enclausurados em lugares que os deixavam sem o convívio com a heterogeneidade humana, destinando para alguns o atendimento educacional e médico especializado, enquanto que a maior parte continuava segregados de qualquer atendimento escolar.

Palavras-chaves: Educação; Deficiência; Brasil; Colônia; Império.

ABSTRACT
It was based on the ideas observed in this research about the educational path for people with disabilities, which raised questions regarding the way in which, during colonial and imperial Brazil, the schooling of this group developed. In order to obtain an answer that corroborates what we intend to understand, the present study aimed to analyze the identity invalidity of those who had disabilities during the Brazilian colony phase and identify the means by which they offered specialized education to this public in the imperial period. Therefore, it is concluded that the journey of this public was marked firstly by the extermination of their bodies, and after the propagation of Christian ideas that these subjects were subject to charity and assistance, they were spared from death and confined in places that left them without coexistence with human heterogeneity, allocating specialized educational and medical care to some, while the majority remained segregated from any school care.

Keywords: Education; Deficiency; Brazil; Cologne; Empire.

INTRODUÇÃO

A trajetória das pessoas com deficiência é marcada por um longo período de invisibilidade e segregação, sempre impactada pelas relações entre cultura, política, economia e religião, e da retirada de direitos em diferentes áreas de suas vidas, entre elas, a educação regular.

Logo, a hegemonia dos corpos e modos de ser e estar no mundo excluía do território escolar os que não se encaixavam nesse paradigma, ofertando a elas o assistencialismo e a caridade, afastando-os das interações e dos benefícios que essa ação proporciona ao sujeito, pois é das "[...] relações entre pessoas e intenções de ensinar-e-aprender [...]" (Brandão, 2002, p. 24), que nasce o ato educacional.

Nesta perspectiva, entende-se que

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996, art. 1).

No entanto, a formação humana que ocorre no meio em que se vive e convive, não era experienciada por aqueles que tinham diferenças corporais, cognitivas, sensoriais e comportamentais, estes ficavam afastados da comunidade a qual faziam parte e por muito tempo foram exterminadas ou percebidas como seres passíveis de caridade e

cuidados.
A ideia do apagamento histórico das pessoas com deficiência pode ser observada desde a Antiguidade, e quando havia a preservação da vida, isso somente ocorria porque a antiga sociedade buscava "[...] a simpatia dos deuses ou por gratidão pelos esforços dos que se mutilavam nas guerras [...] (Nunes, Saia, Tavares, 2015, p. 1.108).
Quando a Idade Média adentrou a temporalidade

[...] a Igreja passou a acreditar que diversidade funcional e alma poderiam coexistir em um corpo. Assim, apesar da diferença – e ainda sujeitos à 'purificação pelas chamas' –, tais indivíduos passaram a ser ditos filhos de Deus. Essa nova concepção resultou na diminuição dos maus-tratos, das torturas e do abandono, e as pessoas com diversidade funcional começaram a ser acolhidas em instituições de caridade (Pereira, 2009, p. 719 apud. Silva, Dessen, 2001).

Após essa época, a Idade Moderna chegou e "[...] A pessoa com deficiência passa a ser vista como problema médico, sendo tratada através da alquimia, magia e astrologia em instituições fechadas, como conventos ou hospícios" (São Paulo, 2016, p. 8). Nesse momento, houve o aumento do encarceramento desses indivíduos e a exclusão persistiu, contudo, com o avanço científico [...] vários inventos se forjaram com o intuito de propiciar meios de trabalho e locomoção aos portadores de deficiência [...], entre eles, o Código Braille que "[...] propiciou a perfeita integração dos deficientes visuais ao mundo da linguagem escrita, que é utilizado por pessoas cegas até os dias atuais" (Anjos, 2014, p. 6).
Ao final do século XVIII, inicia-se a Idade Contemporânea e com ela uma grande evolução ideológica, advinda da Revolução Industrial a qual convocou a população daquele tempo alterar seu modo de viver e o modo como se organizava, com isso, se deu o avanço tecnológico exigindo que as pessoas tivessem ao menos o mínimo de escolaridade a fim de que conseguissem compreender o uso dos maquinários.

Com esse cenário, a escolarização é ampliada para uma parte maior da população quando comparada a outras épocas, entretanto, aos que tinham deficiência não foi oportunizado que adentrassem nos territórios constituintes da ação política e social que constrói o processo de ensino e aprendizagem, pois para eles destinava-se as "[...] Instituições modernas de reabilitação, em geral, filantrópicas e escolas especiais, mas em locais segregados e distantes das cidades, onde mais se controla do que se educa" (São Paulo, 2016, p. 9 -10).
Considerando que os fatos ocorridos em todas as épocas em relação à escolarização dos que apresentavam o físico, cognitivo e os aspectos biopsicossociais diferentes do que era posto como padrão pela sociedade influenciaram o tempo subsequente, surge o seguinte questionamento: Como se desenvolveu a educação destinada às pessoas com deficiência durante a era colonial e imperial brasileira?
Com o intuito de compreender a questão exposta, traça como objetivo geral analisar a invalidade identitária daqueles que tinham deficiência durante o Brasil colônia e específico, identificar os meios de atendimento educacional a essas pessoas no período colonial. Com base no estudo de materiais já elaborados, para subsidiar a escrita deste artigo, será utilizada a pesquisa qualitativa, a qual "[...] Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada [...]" (Godoy, 1995, p. 21).

Sendo assim, ao promover um estudo acerca da compreensão de parte da história educacional do Brasil, pretende-se fomentar um diálogo que relacione os acontecimentos de outrora com os atuais, incentivando que outras pesquisas surjam tornando-se relevante à Pedagogia, no que tange ao pensamento crítico acerca da necessidade em promover a inclusão dos estudantes com deficiência, garantindo o direito que eles possuem de acessar e permanecer nos espaços escola-

res, convivendo, aprendendo e construindo saberes diversos em relação ao mundo em que se encontram.

Portanto, a escrita deste artigo se justifica pela importância da interseccionalidade em que a exclusão e a deficiência se encontraram como ponto comum ao marcarem diversos corpos ao longo da temporalidade, segregando as pessoas com condições físicas, neurológicas, sensoriais ou biopsicossociais da escola regular, não lhes permitindo interagir com o meio por serem consideradas incapazes.

Então, faz-se necessário que os educadores conheçam e reconheçam essa historicidade a fim de que se formem a partir de uma perspectiva inclusiva, na qual percebam que a pluralidade faz parte da composição humana, complementando o outro, sendo valorizada e respeitada como característica e especificidade que constitui cada estudante independente do modo como se apresente em sua corporeidade e subjetividade.

A EDUCAÇÃO E A INVALIDAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL COLÔNIA

A chegada dos portugueses em terras brasileiras impactou toda a estrutura da formação educacional desse território, pois ele foi influenciado pelos costumes e paradigmas europeus. Ao desembarcar no solo da parte que futuramente seria o Brasil, os lusitanos encontraram os indígenas com uma cultura e modo de conceber a educação diferente daquelas em que eles acreditavam ser a ideal para a formação humana.

Os povos originários traziam consigo a ideia de que o conhecimento era pertencente a todos e que este os ligava a cada membro da comunidade e esses à natureza, e que para construir seus saberes não era necessário a institucionalização em um determinado local, visto que a aprendizagem, para eles, seria algo que poderia ocorrer nas interações com o outro, em qualquer tempo e espaço (Cohn, 2001).

Para o fim educacional, a oralidade era o recurso base utilizado como forma de se propagar as tradições, costumes, narrativas, cultura e modos de uma determinada comunidade, logo, percebe-se que para os indígenas

> "[...] "as teorias do mundo, do homem e da sociedade são globais e unificadoras". Nessas sociedades, o saber é acessível a todos, "dividido a partir de graus de iniciação que o eleva, e não a partir de uma setorização de conhecimentos que o fragmenta", como ocorre na organização e na transmissão dos conhecimentos escolares do modelo ocidental [...]" (Bergamaschi; Medeiros, 2010, p. 56).

Diante da observação do como os povos nativos brasileiros compreendiam a educação, os portugueses consideraram como inválidos os processos pelos quais essas comunidades adquiriam os saberes e impuseram uma nova forma de ensino por meio da Companhia de Jesus, que propunha algo sistematizado, com base na catequese e escolarização, como estratégia de manter essa população submissa e escravizada trabalhando para os recém-chegados da Europa (Ribeiro, 1993).

Entretanto, a ideia de subalternidade exposta pelos jesuítas às comunidades originárias do Brasil colônia alcançou um alto índice de fracasso, uma vez que estas não aceitaram a condição de não se manter a liberdade a qual já lhes era de costume, com isso, um cenário de luta se estabeleceu, junto a isso, as doenças adquiridas ao contato com o homem branco causaram a dizimação em abundância dos indígenas, levando os padres a tomarem outro rumo em relação ao trabalho educacional que exerciam, oferecendo seus serviços de ensino aos colonos e à elite.

Mas, seja no paradigma educativo dos indígenas ou dos jesuítas, as pessoas com deficiência não eram contempladas pelo processo que se estabelecia do ensino e aprendizagem dentro desses agrupamentos, pois em ambas as culturas elas eram invalidadas em relação a suas potencialidades e capacidades. Portanto, ao se tratar da população nativa brasileira, o que se anuncia é a mesma percepção que se percebe

> "[...] em outros povos da História Antiga e Medieval, onde a deficiência, principalmente quando ocorria no nascimento de uma criança, "não era vista com bons olhos", mas

sim entendida como um mau sinal, castigo dos deuses ou de forças superiores" (Garcia, 2010, p. 25).

Então, o que se tinha para os que apresentavam condições adversas daquelas consideradas inadequadas dentro do padrão normatizador social dessas civilizações, era o extermínio ou abandono desses indivíduos, o que também lhes causava a morte.

No entanto, com o passar do tempo, e a chegada da ideia pelo cristianismo de que essas pessoas eram passíveis à compaixão, a Companhia de Jesus agregou esse pensamento em suas ações, passando a agir "[...] no tratamento de doenças e epidemias, fundando hospitais, estudando as plantas curativas da região e mantendo eficientes boticas e enfermarias em seus colégios na Europa, na África, no Oriente e no Brasil [...] (Calainho, 2005, p. 2002), diminuindo a prática do extermínio daqueles que tinham deficiência, alterações sensoriais, biopsicossociais e cognitivas.

Logo, o interesse dos que eram constituídos por corpos marcados pelas diferenças quando comparados a maioria da população, era apenas o do assistencialismo, atitude que foi ocupando o lugar da extinção desse grupo, todavia, devido a interesses políticos, a Companhia de Jesus foi expulsa do Brasil e um novo período no ensino conhecido como Reforma Pombalina iniciou em 1759 perdurando até o ano de 1777, quando o marquês de Pombal foi destituído do cargo de ministro. Entre as propostas colocadas para a educação desse momento, estava definida a construção de uma escola pública e que "[...] antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa" (Haidar, 1973, p. 38). Nesse sentido, determinou que fossem ofertadas aulas Régias, mas diferente do que ocorria com a escolarização da Companhia de Jesus, havia a cobrança por esse serviço o que beneficiou a elite e sua ampla contemplação por esse novo sistema de ensino contando com a continuidade de sua formação escolar.

Contudo, a respeito da educação destinada aos que apresentavam diferenças corporais, cognitivas, sensoriais e biopsicossociais, o cenário desde a chegada dos povos lusitanos ao território brasileiro obteve poucas alterações e essas foram acerca da diminuição dos atos eliminatórios que eram comuns com essas pessoas.

Mas, aqueles considerados fora da padronização hegemônica social quanto aos seu físico, modo de estar e perceber o mundo, ainda continuaram com a entrada no lócus educacional, sendo negada mesmo quando determinações advindas dos que eram detentores do poder legislavam em relação a essa ação política e social, como em 1755 que o governo português estabeleceu que fossem criadas instituições de ensino somente para meninas e outra apenas aos meninos nas povoações em que os jesuítas ainda administravam (Stamatto, 2002), não atrelando esses locais ao atendimento aos que eram considerados diferentes de seus pares devido ao padrão normativo social daquela época e meio no qual conviviam.

Portugal e França, em 1807, tiveram uma desavença em virtude do descumprimento da ordem que o imperador francês deu ao país português para que este não realizasse comércio com a Inglaterra, a qual não se submetia às tentativas de invasão ao seu território pelo governo de Napoleão. Assim, ameaçado de ser destituído de seu reinado, com ajuda dos ingleses, D. João VI, príncipe-regente, embarca para o Brasil "[...] levando junto a família real, a maioria da nobreza, seus tesouros e todo o aparato do Estado [...] (Gomes, 2009, p. 33).

Ao chegar em terras brasileiras, a coroa portuguesa encontrou uma colônia com pouca estrutura em todos os aspectos e, por esse motivo, diferentes medidas foram estabelecidas a fim de que o Brasil se tornasse um lugar com mais dignidade para se ter a permanência dos nobres lusitanos.

Logo, ao tratar da área educacional naquela temporalidade havia um grande quantitativo de "[...] uma população analfabeta, pobre e carente de tudo [...]" (Gomes, 2009, p. 193), entretanto, não houve grande preocupação com essa demanda, e mesmo que, a educação primária e secundária, aulas e cursos livres, além do ensino profissionalizante, tenham sido criados, houve ênfase no desenvolvimento do Ensino Superior (Boaventura, 2009) com o intuito em preencher a defasa-

gem de profissionais formados em áreas específicas, tais como, Medicina e Advocacia, atendendo aos interesses postos pela elite.

Em relação ao incentivo à formação na área da medicina, essa ação era fundamental devido à falta de profissionais para atender aos doentes ou aqueles que apresentavam alguma alteração na saúde, em virtude, principalmente, da propagação das doenças que aumentavam por conta da ausência de higiene que havia nas cidades, assim como as que chegavam com os escravizados visto que esses eram trazidos nos navios negreiros em situações degradantes com ambientes que quando não os matavam, deixava-os com sequelas corporais, mentais, sensoriais e comportamentais.

Junto à sífilis, sarampo, varíola, febre-amarela, entre outras enfermidades, havia os castigos que os senhores aplicavam em seus escravos quando esses tentavam fugir ou mesmo ao serem capturados e trazidos novamente às fazendas, eram marcados por sanções tão severas que nesse momento histórico gerou uma "[...] população de negros com deficiências físicas, provocadas pelas torturas punitivas impostas por seus senhores [...]" (Pereira; Saraiva, 2017, p. 178).

Todavia, mesmo com essa demanda sendo apresentada, em que pessoas foram sendo constituídas por corpos diferenciados do padrão social, nascendo ou tornando-se sujeitos com deficiência, a educação não se atentou para o atendimento e acolhimento em suas práticas das especificidades desse público que compunha o meio, mantendo a atenção apenas para a recuperação da saúde e força escrava, que era a base do trabalho do Brasil colônia.

O PERÍODO IMPERIAL E AS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS COMO MEIO PARA O ATENDIMENTO DAS DIFERENÇAS HUMANAS

Com o fim da era Joanina, inicia-se a fase imperial, com D. Pedro I governando as terras brasileiras, e declarando a independência desse território em 1822. Porém, em 1840, D. Pedro ll assumiu o trono até 1889, criando instituições especializadas para o atendimento de algumas deficiências.

A primeira instituição criada em 1854, no Rio de Janeiro, para ofertar suporte aos que tinham deficiência visual considerada grave, chamava-se Imperial Instituto dos Meninos Cegos que em 1980, passou a ser denominado Instituto Nacional dos Cegos e em 1891, obteve o nome de Benjamin Constant (Cabral, 2019).

Em 1857, o segundo local especializado destinado para aqueles que tinham surdez foi inaugurado no império brasileiro. O Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, atualmente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos, foi "[...] marcado por precariedades nas condições do ambiente escolar, problemas na gestão e administração da escola e falta de financiamento público para atender as demandas institucionais [...]" (Knapik, 2022, p. 95).

Esses espaços tinham atrelados em suas ações as perspectivas médica e pedagógica, permanecendo com a ideia de segregação, uma vez que esses estudantes não frequentavam a escola regular e não tinham vagas suficientes a todos que precisassem usufruir do que se ofertavam nesses lócus (Mendes, 2021). A falta de acesso à educação dos que apresentavam deficiência visual e auditiva desrespeitava o que prescrevia a Constituição de 1824 a qual assegurava

> A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, são garantidas pela Constituição, pela maneira seguinte: XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos (Brasil, 1824, art. 179).

Entretanto, o governo do império, assim como na época colonial, não tinha interesse pelo ensino dos grupos minoritários, entre eles, as pessoas com deficiência, por isso, ofertava poucas vagas em ambas as instituições, ocupadas prioritariamente por aqueles que pertenciam às classes sociais mais abastadas financeiramente.

Para se ter direito a frequentar o Imperial Instituto dos Meninos Cegos era preciso fazer jus a uma das trinta vagas disponibilizadas, sendo que vinte estavam reservadas aos que poderiam efetuar o pagamento das mensalidades, e dez delas eram destinadas aos comprovadamente pobres, os quais ti-

nham suas despesas assumidas pelo governo (Brasil, 1854).

No Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, o paradigma da exclusão também fazia-se presente, pois a princípio estava autorizado a atender meninas, mas a partir de 1874 foi proibido e somente em 1930, voltou a receber esse público. Além disso, somente estudantes com idade dos 6 aos 14 anos poderiam acessar o atendimento disponível nesse ambiente, contribuindo para mais segregação educacional (Knapik, 2022).

Nessa instituição, ofertava-se apenas 20 vagas divididas entre os pagantes e aqueles que recebiam uma bolsa de estudo do Estado, todavia, por desinteresse político, os discentes, público do apoio e intervenções que se tinham nesse local, não eram beneficiados (Knapik, 2022), portanto, foi mais um momento em que a elite usufruiu de um bem social e os menos abastados permaneceram à margem de um serviço educacional que poderia emancipar e favorecer a cada menino e menina a obterem uma formação integral seja como sujeito ou educando.

Desse modo, percebe-se que no Brasil Império, a educação destinada aos discentes com deficiência seguiu duas trajetórias

"[...] as pessoas com deficiências mais acentuadas, impedidas de realizar trabalhos braçais (agricultura ou serviços de casa) eram segregadas em instituições públicas. As demais conviviam com suas famílias e não se destacavam muito, uma vez que a sociedade, por ser rural, não exigia um grau muito elevado de desenvolvimento cognitivo. No segundo momento, ao mesmo tempo em que surgia a necessidade de escolarização entre a população, a sociedade passa a conceber o deficiente como um indivíduo que, devido suas limitações, não podia conviver nos mesmos espaços sociais que os normais – deveria, portanto, estudar em locais separados e, só seriam aceitos na sociedade aqueles que conseguissem agir o mais próximo da normalidade possível, sendo capazes de exercer as mesmas funções. Marca este momento o desenvolvimento da psicologia voltada para a educação, o surgimento das instituições privadas e das classes especiais" (Batista, 2006, p.37).

Contudo, as instituições que objetivavam atender aos que tinham deficiência, concentravam-se naqueles escolares vistos como casos graves, os demais não conseguiam adentrar em nenhum espaço que pudessem atender suas especificidades, visto que o ensino regular não lhes aceitava e o especializado não tinha vagas suficientes nem mesmo aos que eram avaliados como elegíveis para estarem nesse meio.

Mesmo com a percepção de que o Instituto Nacional de Educação de Surdos e o Instituto Nacional dos Surdos-Mudos tiveram ações segregadoras, não se atentando ao direito prescrito na Constituição daquele período histórico acerca do direito de todos em relação ao acesso à educação, a inauguração de ambos é considerada por muitos estudiosos como um marco para a implementação da Educação Especial brasileira (Mazzotta, 2005).

Todavia, é preciso a reflexão de que não houve a contribuição para a equidade e igualdade aos meninos e meninas que apresentavam suas especificidades e necessidades diferentes da grande parte populacional. Logo, sendo pessoa com deficiência, público elegível para se ter o suporte oferecido nesses institutos especializados, e que por falta de investimento e interesse estatal, não conseguiram apoio pedagógico desses ambientes, o início da Educação Especial em território brasileiro iniciou falhando e negando benefícios, excluindo o ensino e o convívio das diferenças em um único lugar no qual a pluralidade humana se faz presente, a escola, constituída com e para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No território brasileiro, aqueles que apresentavam deficiência, ao considerar os fatos ocorridos na época colonial e imperial desse país, tiveram a educação regular negada em consequência das contradições em que, por vezes, os direitos a eles garantidos eram negados, optando-se pela segregação ou eliminação dessa população, influenciando a constituição humana e escolar de cada menino e menina marcados pela condição corporal, cognitiva, sensorial ou comportamental, considerada fora no padrão impos-

to pela sociedade daquelas temporalidades.

Assim, houve a invalidade identitária das pessoas com deficiência durante ambos os momentos históricos, mas no Brasil colônia, inicialmente, a eliminação desses sujeitos foi normalizada por um longo período, porém, depois que a igreja propagou a ideia de que esse grupo era passível da caridade e assistencialismo, o ato de extermínio das crianças, jovens, homens e mulheres que apresentavam diferenças nas formações físicas, assim como nos modos de estar e perceber o mundo, foi diminuindo e essa população teve o destino traçado para o encarceramento em conventos, hospitais e outros lugares que os excluíam do convívio social.

Durante o império, o enclausuramento das pessoas com deficiência persistiu, mas houve a oferta de um atendimento educacional em instituições especializadas, contudo, apenas para alguns e aos que tinham surdez e deficiência visual, configurando a continuidade da exclusão dos que precisavam estar construindo seus saberes coletivamente em ambientes educacionais que abarcassem as singularidades de todos.

Por fim, os acontecimentos observados, marcaram o percurso dos que tinham deficiência durante a colônia e o império brasileiro, demonstrando que a não permanência deles nos lugares educativos, não era incômodo à população daquele tempo, sendo assim, isso corroborou para que houvesse a propagação da ideia de que estes sujeitos não tinham condições de usufruírem do direito à escolarização regular, colocando-os por um longo período longe da convivência plural e da formação integral que se conquista ao interagir com a heterogeneidade que habita o âmbito das salas comuns dos lócus educacionais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Marcela Cristina Gomes dos. (Re) pensando o Papel das Pessoas com Deficiência Através da Educação. Direitos Sociais e Políticas Públicas. In: Dr. Rogério Luiz Nery da Silva; Dr. Marcelo Beachio: Dr. Bartira Macedo de Miranda. (Org.).. 1ed.: , 2014, v. , p. 358-374. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2eeeabb94749b31c Acesso: 10 ago. 2024.

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Disponível em: https://www.google.com/search?q=BATISTA%2C+Cristina+A.+Mota&oq=BATISTA%2C+Cristina+A.+Mota&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIJCAEQIRgKGKABMgkIAhAhGAoYoAEyCQgDECEYChigAdIBCTI5ODZqMGoxNagCCLACAQ&sourceid=c hrome&ie=UTF-8 Acesso: 02 ago. 2024.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. MEDEIROS, Juliana Schneider. História,
Memória e Tradição na Educação Escolar Indígena: O Caso de Uma Escola Kaingang. Revista Brasileira de História, vol. 30, núm. 60. 2010, pp. 55-75.
Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/263/26319122004.pdf Acesso: 05 jul. 2024.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. A educação brasileira no período joanino. pp.
129-141. A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. A ISBN 978-85-2320-893-6.
Available from SciELO Books. Disponível em: https://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-08.pdf Acesso: 15 jul. 2024.

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. Decreto 1.428. Crea nesta Côrte hum Instituto denominado Imperial Instituto dos meninos cegos,1854. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1428-12-setembro1854- 508506-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso: 03 ago. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019- 2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso: 06 ago. 2024.

CALAINHO, Daniela Buono. Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial. Tempo. 2005.
Volume 1. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/tem/a/qXjqFSzvp6VymndWw4QtFKN/?format=pdf&lang=pt Acesso: 10 jul. 2024.

COHN, Clarice. Culturas em Transformação: Os Índios e a Civilização. São Paulo em Perspectiva, v. 15, n. 2, p. 36–42, abr. 2001. Disponível em:
https://www.scielo.br/j/spp/a/MWWF97DDGP3bLHxyFd6dqxn/?format=pdf&lang=pt Acesso: 27 jul. 2024.

DILMA, Cabral. Instituto dos Meninos Cegos (1889-1930). Arquivo Nacional. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Disponível em: https://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/815-instituto-dos-meninoscegos Acesso: 06 ago. 2024.

GARCIA, Vinicius Gaspar. Pessoas com Deficiência e o Mercado de Trabalho:
Histórico e o Contexto Contemporâneo. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/782607 Acesso: 10 jul. 2024.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. 1995. Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, Brasil. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt Acesso: 06 ago. 2024.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. A Instrução Popular no Brasil Antes da República. In: BREJON, M. (Org.). Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus. Ensino de 1º e 2º graus. São Paulo: Pioneira, 1973. p. 37-51.

KNAPIK, Danilo da Silva. Contexto Socioeducacional do Instituto Nacional de
Educação de Surdos (1856-1868): O Protagonismo de Estudantes Surdos. Tese Doutorado em Educação. 2022. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1755 Acesso: 04 ago. 2024.

Mazzotta, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas, 5.a ed., São Paulo, 2005, Cortez Editora.

MENDES. Enicéia Gonçalves. Política de Educação Especial. 2021. Disponível em: Política de Educação Especial com Professora Eniceia Mendes (youtube.com) Acesso: 05 ago. 2024.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: entre a história, os preconceitos, a escola e a família. Psicologia: ciência e profissão, v. 35, p. 1106-1119. Disponível em:
https://www.redalyc.org/pdf/2820/282043249009.pdf Acesso: 07 ago. 2024.

PEREIRA, Jaquelline; SARAIVA, Joseana Maria. Trajetória histórico social da população deficiente: da exclusão à inclusão social. SER Social, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 168–185, 2017. Disponível em:
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/14677/12981/ Acesso: 03 jul. 2024.

PEREIRA, Ray. Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homempadrão. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, n. 3, p. 715–728, jul. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/9d7FrYfH46n8V9JPwGcQVTf/# Acesso: 09 ago. 2024.
RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da Educação Escolar no Brasil: Notas para uma Reflexão. Paidéia (Ribeirão Preto), n. 4, p. 15–30, fev. 1993.Disponível em: https://www.scielo.br/j/paideia/a/DDbsxvBrtzm66hjvnLDdfDb/# Acesso:19 jul. 2024.
SÃO PAULO. Abordagem Histórica da Atenção à Pessoa com Deficiência. 2016.
CREAS. Disponível em:
https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/cecoas/AULA%201_PsD.pdf Acesso: 09 ago. 2024.

STAMATTO, M. I. S. . Um olhar na História: a mulher na escola (Brasil:1549- 1910). In: His-

tória e Memória da educação Brasileira, 2002, Natal. II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002. Disponível em: https://www.tjrj.jus.br/documents/10136/3936242/a-mulher-escola-brasil-colonia.pdf Acesso: 17 jul. 2024.